

A IMPORTÂNCIA DE UM “PLANO DE DESENVOLVIMENTO” PARA A CARCINICULTURA BRASILEIRA

ITAMAR ROCHA

Quando se analisa, o quadro atual da carcinicultura marinha brasileira (3.500 produtores, 35.000 hectares de viveiros e uma produção de 210.000 t, sem nenhuma exportação, em 2024), com uma projeção de crescimento para 225.000 t em 2025, tendo como fundamento, seu extraordinário potencial e seu generalizado processo de crescimento, aliado ao atual perfil de desempenho produtivo, mesmo a despeito da generali-

zada preocupação das “cabeças pensantes setorial”, com relação ao cenário de como consolidar esse continuado crescimento, com as limitações tecnológicas: (1) falta de plantéis de reprodutores SPF e SPR, (2) falta de um mínimo apoio financeiro (investimentos e custos operacionais, incluindo o estoque do produto acabado), (3) falta de apoio estrutural (unidades de processamento e agregação de valor), bem como, principalmente, (4) limitações de acessos aos

principais mercados internacionais.

Especialmente, quando se tem presente que em 2003, o Brasil produziu (90.190 t) e exportou (58.045 t / US\$ 226 milhões), tendo ocupado o 1º lugar das importações de camarão pequeno/médio dos EUA, assim como, em 2004, o 1º lugar das importações de camarão tropical pela UE, inclusive, com desempenho superior ao Equador (78.500 t / 58.011 t / US\$ 324 milhões), mas que em 2024, produziu apenas 210.000 t, sem nenhuma exportação, enquanto o Equador (256.000 km2 e 600 km de costa), sem energia elétrica e acesso por rodovias, elevou sua produção para 1.479.334 t e as exportações, para 1.211.000 t / US\$ 6,068 bilhões, mostrando claramente, que o Brasil precisa urgentemente, mudar radicalmente sua política setorial.

Notadamente, quando se analisa o desempenho do setor pesqueiro (extrativo e cultivado) mundial e brasileiro, em comparação ao setor agropecuário, salta aos olhos os equívocos cometidos pelo Brasil, que apesar de ser detentor de invejáveis potencialidades, em relação aos principais líderes mundiais da produção aquícola e carcinícola (China, Índia, Vietnã, Indonésia, Equador, etc.), se verifica que enquanto o Brasil lidera com (26%) as exportações mundiais (US\$ 90 bilhões) de todas as carnes, já com relação às exportações mundiais de pescado (US\$ 193 bilhões/2024), sua participação

(US\$ 400 milhões), foi inexpressiva (0,20%), ou seja, essa enorme e injustificada discrepância, não tem qualquer amparo, quer seja técnico, ambiental ou de localização geográfica.

Na verdade, trata-se de múltiplos desafios, que precisam ser superados, pois no caso específico da produção do camarão marinho cultivado, que já é a estrela da gastronomia mundial, além de já ter ocupou o 1º lugar mundial em produtividade (6.083 kg/há/2003), se destacou em 1º lugar das exportações de camarão marinho cultivado da América Latina, que sem justificativa aceitável, perdeu esse destacado espaço, duramente conquistado, por obra e graça da falta de apoio governamental.

No entanto, diante da constatação de que a maioria dos seus produtores, estão classificados como micros (70%), pequenos (15%), médios (10%) e apenas (5%) são grandes, não há dúvida que está na hora de enfrentá-los e incorporá-los a essa dinâmica e pujante cadeia produtiva, como forma de manter seu crescimento, ordenado e sustentável, razão porque se recomenda a elaboração de um **Plano de Desenvolvimento da sua Cadeia Produtiva**, prioritariamente, para a **Região Nordeste, bem como, o Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.**

Isso, tendo presente, que a sua realização será um elemento nortea-

dor, para que os Governos: Federal e, notadamente Estaduais e Municipais da Região Nordeste e dos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntamente com os Agentes Financeiros Oficiais, bem como, com a especial participação do **SEBRAE Nacional e Estaduais, da CNA e suas Federações Estaduais de Agricultura, da CODEVASF, das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação**, possam desenvolver ações de curto, médio e longo prazos, seguindo o Plano de Desenvolvimento, que contempla no seu escopo, dentre outros:

1 o conhecimento das potencialidades hídricas, tanto marinha, como estuarinas e, naturalmente, das águas interioranas de uso insignificantes, com teor salino acima de 0,5 ppt;

2 o planejamento do desenvolvimento setorial, com priorização das ações de governo, das prefeituras municipais, dos agentes financeiros, dos órgãos públicos precedentemente citados e, da iniciativa privada, no tocante aos necessários investimentos estruturadores e incentivos fiscais requeridos para atrair empresas âncoras ou outros potenciais investidores, detentores de tecnologias e conhecimentos dos mercados nacionais e internacionais. ►



Dessa forma, a Contextualização do Plano de Desenvolvimento da Carcinicultura da Região Nordeste, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentará metas para o setor carcinicultor e os demais elos da sua cadeia produtiva, incluindo desde centros de pesquisas, de distribuição de náuplios de reprodutores SPF / SPR, importados, unidades de larviculturas, fábricas de rações, outros insumos diretos e indiretos, equipamentos como bombas e aeradores, bem como, a necessidade de indústrias de processamento e agregação de valor e, de centros de distribuição dos produtos processados.

Adicionalmente, o Plano deve prevê um diagnóstico das potencialidades mercadológicas como estratégias para o planejamento das ações comerciais, desde os produtos in natura, aos produtos processados, pré-cozidos, com valor agregado e porcionados em embalagens de 120, 200, 400, 800 e 1.000 gramas, bem como, a Identificação dos agentes e parceiros institucionais, notadamente os financeiros, com suas respectivas ações para uma efetiva viabilização e alcance dos objetivos pertinentes ao plano de desenvolvimento;

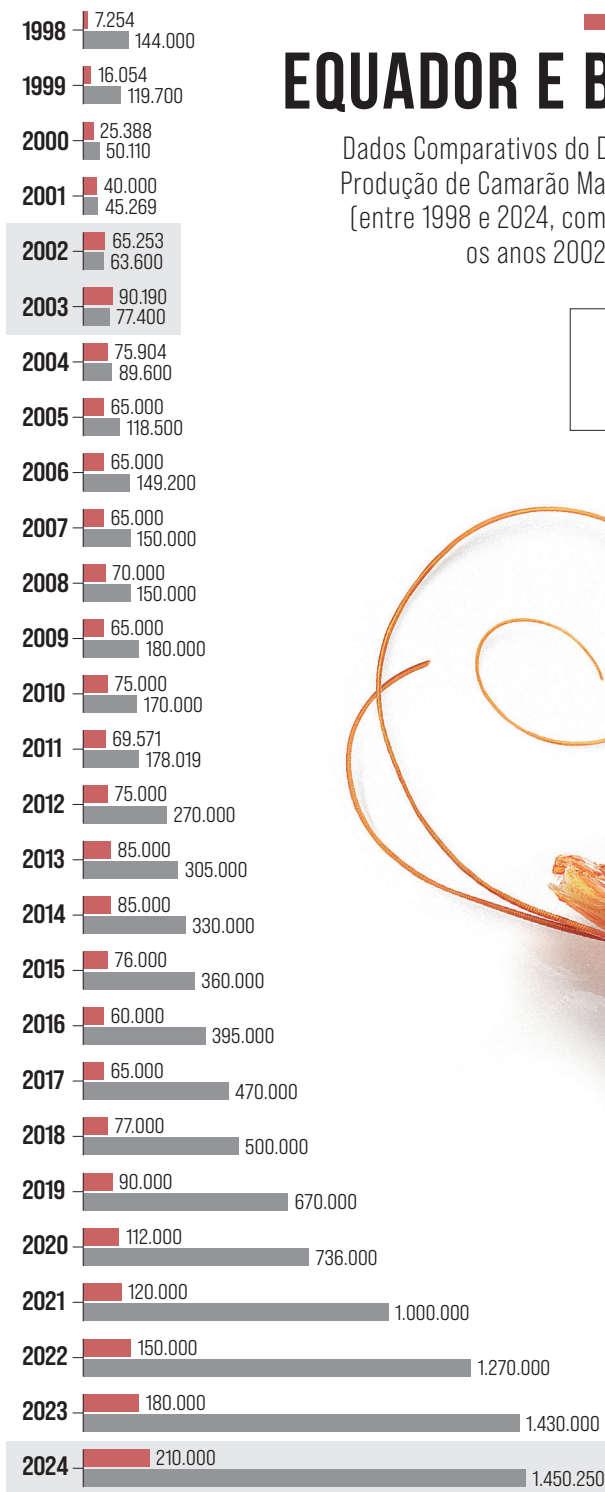
Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Carcinicultura da Região Nordeste, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nascerá de uma destacada iniciativa do Governo do Federal e Governos Estaduais, com apoio das respectivas Assembleias Legislativas e da Banca Federal do Nordeste e demais Estados contemplados, incluindo naturalmente, as Prefeituras Municipais, cuja composição estrutural contemplará inicialmente, um criterioso levantamento da estrutura produtiva das suas unidades de carciniculturas marinhas, com o *Penaeus vannamei*, sequenciado por uma descentralização dos Licenciamentos Ambientais, para facilitar e agilizar o acesso aos indispensáveis e fundamentais créditos para investimentos e custeio operacional.

De forma que, o Plano de Desenvolvimento Setorial, contendo diretrizes, bases estratégicas, sistemas institucionais, mecanismos e instrumentos operacionais, todos densamente articulados passará a exercer um papel de fundamental im-

portância para promover, orientar e apoiar o desenvolvimento sustentável do camarão marinho cultivado no Brasil, cujo território detém, nos Estados acima mencionados, um destacado potencial para o desenvolvimento e expansão dessa atividade. ■

EQUADOR E BRASIL

Dados Comparativos do Desempenho da Produção de Camarão Marinho Cultivado (entre 1998 e 2024, com destaque para os anos 2002/2003 e 2024)



Itamar Rocha, Presidente ABCC, Diretor DEAGRO - FIESP, Membro Titular do CONAPE, Membro Titular da Câmara Setorial a Pesca e Aquicultura do MAPA. abccam@abccam.com.br ipr1150@gmail.com